



RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: CAMINHO PARA UM AMANHÃ VERDE

SOCIAL AND ENVIRONMENTAL RESPONSIBILITY: A WAY TO A GREEN TOMORROW

Por:

José Geraldo Campos Trindade

E-Revista Facitec, v.1 n.1, Art.1, março. 2007.

http://www.facitec.br/erevista/index.php?option=com_content&task=view&id=9&Itemid=2

Todos os direitos, inclusive de tradução, são reservados. É permitido citar parte de artigos sem autorização prévia desde que seja identificada a fonte. A reprodução total de artigos é proibida. Os artigos só devem ser usados para uso pessoal e não comercial.

Em caso de dúvidas, consulte a redação: revistafacitec@facitec.br.

A e-Revista Facitec é a revista eletrônica da FACITEC, totalmente aberta, inaugurada em Janeiro de 2007, com perfil acadêmico, é dedicada a professores, pesquisadores e estudantes. Para mais informações consulte o site

www.facitec.br/erevista.



RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL: CAMINHO PARA UM AMANHÃ VERDE

SOCIAL AND ENVIRONMENTAL RESPONSIBILITY: A WAY TO A GREEN TOMORROW

Resumo

Este ensaio desenvolve-se em torno da questão da responsabilidade de cada ser humano no que se refere à preservação ambiental e seus reflexos sobre a sociedade. Traça, também, de forma sucinta, com o apoio de documentos como a Agenda 21 Brasileira e dados apresentados por entidades como a Organização Mundial de Saúde (OMS) e de organizações não-governamentais como a World Wildlife Foudation (WWF), entre outras fontes, o cenário hoje vivido pela humanidade, ao mesmo tempo em que apresenta, com base nesses dados, uma projeção possível para o futuro. Aborda algumas das questões que são objeto da preocupação de indivíduos e entidades voltados para a proteção do meio ambiente contra a ação predatória do homem. Analisa, ainda, brevemente, o comportamento de uma parcela expressiva da sociedade no que se refere à postura coletiva em relação à preservação ambiental e ao uso de recursos naturais.

Palavras-chave: responsabilidade, sociedade, meio ambiente

Abstract

This essay deals with the question of the social and environmental responsibility of each and every human being as far as the environmental preservation and its reflection on society is concerned. It traces, in a concise way, with the support of documents like the Agenda 21 Brasileira, and of data presented by entities like the World Health Organization and non-gubernamental organizations like World Wildlife Foundation, among other sources, the scenario in which modern societies live and, at the same time, based on these data, it presents a possible projection for the future. It also hints at some of the questions that worry individuals and entities which are engaged in the protection of environment against the predatory actions of men. It also attempts a brief analysis on the behaviour of an expressive part of society as far as environment protection and the use of natural resources is concerned.

Key words: responsibility, society, environment



*Macbeth shall never vanquish'd be until
Great Birnam wood to high Dunsinane hill
Shall come against him.*

(W. Shakespeare, *Macbeth*, ato 4, cena 1)

O fim trágico de *Macbeth* delinea-se quando a floresta de Birnam começa a mover-se em direção ao castelo de Dunsinane. Talvez as florestas dos dias atuais, ou o que resta delas, devessem pôr-se em marcha contra o homem e evitar que, um dia, o sol ilumine um planeta árido, sem uma única árvore para dar sombra a um caminhante cansado.

A ficção tem mais exemplos de revoltas dos seres do mundo vegetal contra o maior dos predadores. O mais recente – e de enorme sucesso – foi o ataque dos *ents*, liderados por Barbárvore, ao castelo de Saruman, que alimentava com árvores as forjas nas quais produzia as armas para o exército de Sauron.

Isso é fantasia. Mas o que se vê, hoje, é um quadro de irresponsabilidade desmedida no que se refere à preservação e proteção das reservas naturais e do ambiente. Não é um fenômeno localizado. Onde quer que se ande, nos cinco continentes, há ações predatórias partindo de indivíduos e, mais grave, de empresas ou instituições que parecem não dar a mínima atenção aos alertas que têm sido divulgados por estudos e entidades voltados para os cuidados com o ambiente.

Sabe-se – e quanto a isso não há dúvidas – que o homem vem, há milhares de anos, usufruindo dos recursos proporcionados pela natureza. E é inegável que a melhora progressiva da qualidade de vida passou – e passa – pela utilização de recursos naturais. Todos os dias, em todos os continentes, pessoas acendem a luz, ligam eletrodomésticos, usam água para higiene pessoal, para lavar espaços ou objetos e para a alimentação, usam veículos com motor a explosão, etc. E parece não passar pela cabeça da maioria dessas pessoas que as fontes tradicionais de energia são limitadas. É difícil convencer muita gente de que o petróleo e a água não são inesgotáveis. Um mundo sem petróleo e sem água é simplesmente impensável para uma ampla faixa da população mundial.



Por isso, a preocupação com essas fontes de energia fica restrita a um pequeno número de pessoas que, de um modo ou de outro, usando os recursos de que dispõem, tentam conscientizar os demais da importância não apenas de se preservar e proteger os recursos naturais como, também, de se procurar fontes alternativas de energia que, um dia, poderão substituir a contento o petróleo, um dos elementos de maior peso na degradação do ar dos centros urbanos.

Parte daí, também, a determinação de se reduzir o consumo das fontes disponíveis de energia, aproveitando-as de modo mais sensato e, ao mesmo tempo, ampliando as pesquisas visando à utilização de fontes alternativas.

Todavia, esta não é tarefa das mais fáceis. Em geral, a sociedade só mostra traços de preocupação com o problema quando se fala em apagões, racionamento de água ou de combustível ou de secas que destroem culturas inteiras, expulsam multidões da terra calcinada e deixam um quadro de morte e de destruição. Então, muitas vezes se levantam para exigir ações imediatas dos governos para evitar a repetição da catástrofe... que vai se repetir tempos depois, e depois, e depois.

Mas a questão não se limita às fontes de energia. O quadro é mais delicado. Hoje, sabe-se que, após centenas de anos de exploração irresponsável e desenfreada dos recursos naturais, não há uma única atividade humana que não influencie ou seja influenciada pelo ambiente. Como resultado, os efeitos acumulados a longo prazo deram início a reações naturais que vêm causando prejuízos a pessoas e a países.

Segundo a Agenda 21 Brasileira (2004a, p.91),

A prosperidade material se fez acompanhar – como já ocorreu em outras civilizações do passado – de um profundo vazio moral. Mas o fato novo foi a crise ecológica e a possibilidade de esgotamento de nossos recursos naturais, comprometendo a continuidade da vida. A Agenda 21 propõe a pedagogia da sustentabilidade como modeladora dos códigos éticos do século XXI.

Não se trata, pois, de priorizar ações governamentais (elas são necessárias, obviamente, mas, em geral, chegam quando o mal já está



instalado), trata-se, sobretudo, de educar os indivíduos para que eles próprios, antes do poder constituído, agindo em seu ambiente – casa, escola, local de trabalho – comecem a construir a consciência do cuidado com a natureza.

Este processo de conscientização da sociedade tem referência na Agenda 21 Brasileira (2004, p.26), que determina, entre seus princípios gerais:

A construção do desenvolvimento nacional sustentável é uma tarefa para toda a sociedade brasileira e não apenas para os governos. Exigirá o empenho, entre outros, dos setores financeiro, produtivo, como também o engajamento de cada cidadão.

Todavia, o cenário mais comum hoje é exatamente o oposto. Ao descrever o Objetivo 21 – Pedagogia da sustentabilidade: ética e solidariedade – a Agenda 21 Brasileira (2004a, p.91) mostra que:

O enfraquecimento do Estado, a desorganização social e a ênfase na vida material aumentam os sentimentos coletivos da falta de proteção e abandono que levam muitas pessoas para o misticismo, enquanto outras permanecem totalmente descrentes. O individualismo predatório mina as bases mais sólidas da vida em sociedade, o da solidariedade grupal, os laços de família e de vizinhança. Esse processo corrosivo provoca sérios danos morais e materiais à comunidade humana.

Fica clara, então, a relevância da participação da sociedade em um processo que, se bem conduzido, reverterá em benefícios não apenas para o tempo presente, mas, e principalmente, para as futuras gerações.

Quer dizer que vamos tomar das mãos do Estado uma responsabilidade que é dele? Não! Trata-se de a sociedade agir para preservar e proteger o que é, por direito, de todos e de cada um: a natureza. Ao Estado, cabem ações em nível correspondente à esfera de governo. Ao cidadão, cabe agir no sentido de trazer os seus – familiares e amigos – para o lado dos que vêm na atitude responsável em relação ao ambiente um caminho seguro para o desenvolvimento social e individual.

É neste momento que deve tomar corpo a consciência da responsabilidade socioambiental. O que é isso? Vive-se uma época em que o homem descobriu que tem responsabilidades em relação a seus



semelhantes, em especial os excluídos e os portadores de deficiência. De repente, os “normais” descobriram que um cego, um surdo, um amputado não devem ser objeto de comiseração. Assim, além de tornarem essas palavras politicamente incorretas – diz-se portadores de necessidades especiais –, chegaram à conclusão que se lhes forem dadas a oportunidade e as condições ótimas, esses indivíduos podem ser tão produtivos quando os demais.

O mesmo vale dizer para os social e economicamente excluídos. O problema não é o menor abandonado, a menina prostituta, o mendigo jogado em uma esquina: eles são o resultado do problema. Este, muitas vezes, tem sua raiz em uma sociedade que privilegia o sucesso individual, a beleza física, o poder aquisitivo e menospreza o lado humano de cada um. Responsabilidade social é evitar o problema da exclusão e reintegrar o excluído ao convívio com seus pares.

Não é demais lembrar que, ao longo dos séculos, pouco se fez em prol da natureza e dos menos afortunados. O século XXI, ao trazer profundas transformações na geopolítica mundial, também trouxe, para a agenda das nações, temas que se tornaram prioridade, como a questão ambiental, que envolve o desenvolvimento sustentável e a inclusão dos povos e comunidades pobres.

Mas a responsabilidade social não se aplica, apenas, em nível de indivíduo. Ela se reflete, também, no modo como as empresas e instituições conduzem suas atividades, tornando-se co-responsáveis pelo desenvolvimento social. Este procedimento responde, ainda, por outro que é relevante no mundo dos negócios: a imagem que as empresas querem mostrar ao mercado.

Esta postura das empresas pode se tornar um diferencial importante no contexto do qual ela faz parte. Para muita gente, empresas servem para gerar empregos, recolher impostos e obedecer às leis e normas às quais estão submetidas. Devem, ainda, cuidar do bem-estar de seus empregados que, afinal, também são responsáveis pelo seu sucesso. Mas a atividade empresarial não pode parar por aí, não pode ficar limitada a



seu espaço físico. Ela também deve ajudar na construção de uma sociedade mais equilibrada e justa; deve trabalhar para o bem-estar de toda a coletividade.

No mundo empresarial, a responsabilidade social relaciona-se aos aspectos éticos e de transparência na gestão dos negócios, aos valores que servem de parâmetros para definir suas prioridades, ao relacionamento com o público (tanto interno como externo) na comunidade da qual faz parte e com o governo em geral.

Isso faz com que temas como a preservação ambiental, a inclusão social e a presença da empresa no desenvolvimento comunitário devam estar presentes nos planos de ação da empresa. São ações dessa natureza que vão contribuir sobretudo para o desenvolvimento de uma atitude cidadã na sociedade.

Vê-se, pois, que ao se falar em responsabilidade social fala-se tanto na função social de cada indivíduo como construtor da cidadania como, também, no papel que cada um pode exercer na construção de uma sociedade igualitária. É o trabalho de cada indivíduo que vai levar à sociedade por todos almejada.

Ao tratar da função social no campo da Direito, Nascimento (2003, p.116) lembra que ela "se opõe ao exercício egoístico da propriedade". E acrescenta:

As ações do proprietário se refletem na coletividade em que vive. Por isso, deve haver respeito não só à vizinhança mas ao *erga omnes*. Hoje, o meio ambiente ecologicamente equilibrado é bem de uso comum do povo, sendo essencial à qualidade de vida. Todos esse valores que atingem as gerações atuais e futuras devem, necessariamente, compor o exercício de direito de propriedade, inclusive valores históricos e artísticos. A função social da propriedade se preenche de ações desenvolvidas com base nesses valores sociais (*id. ibid.*).

E, ao falar em Direito, vem à lembrança o Direito Ambiental, que parece não ter, ainda, a relevância que merece. Seja pelo fato de a preocupação com o ambiente ligar-se a ações radicais, como algumas levadas a efeito por organizações não-governamentais como o



Greenpeace, ou pela descrença de boa parcela da humanidade. O fato é que o desenvolvimento tecnológico e o avanço da ciência têm mostrado, de modo irrefutável, a influência do meio ambiente sobre a vida humana.

Pode-se inferir, pois, a importância de leis e normas que coíbam e, em último caso, punam com severidade os responsáveis por ações que coloquem em risco o equilíbrio ambiental. Afinal, o crime contra a natureza é, de certa forma, um crime contra a humanidade.

A esse respeito, um estudo feito pelo economista *sir* Nicholas Stern, encomendado pelo ministro das Finanças do Reino Unido e publicado no dia 30 de agosto de 2006, marca um ponto crucial no debate ao salientar que a inação poderá provocar uma recessão global catastrófica. Segundo o estudo de Stern, se a mudança climática não for contida, ela transformará 200 milhões de pessoas em refugiados quando suas casas sucumbirem a secas ou inundações. Esta será, caso ocorra, a maior migração já registrada na história moderna. O relatório mostra que, se não for combatido em uma década, o aquecimento global poderá custar ao mundo cerca de 7,025 trilhões de dólares.

Que reação se espera dos países mais bem colocados no *ranking* dos poluidores? A realidade mostra que as chaminés de potências emergentes, caso da China, ou de velhos poluidores contumazes, caso dos Estados Unidos, podem dar o tom do que espera as próximas gerações se nada for feito.

O preço a pagar para a reversão desse quadro é amargo. Segundo o relatório de Stern, seriam necessários gastos iguais a 1% do PIB mundial, cerca de 351 bilhões de dólares, para se começar a resolver os problemas e evitar o pior.

Ainda segundo Stern,

Sem uma intervenção rápida [...] o custo seria de 5% a 20% do PIB, em parte pago pelos governos, em parte pelo setor privado. Mas ele salienta que a ação unilateral não será suficiente – se a Grã-Bretanha fechasse todas as suas usinas de energia amanhã, a redução em emissões globais seria anulada em 13 meses pelo aumento das emissões da China (ATHAYDE, 2006, p. 11).



A noção expressa no relatório de Stern de que há absoluta necessidade de ação conjunta envolvendo países não deve causar espanto a ninguém. O que surpreende é exatamente o descaso quanto a esse aspecto da questão. É muito pouco provável, considerando-se o cenário atual, que a China reduza ao mínimo possível a emissão de poluentes na atmosfera. O mesmo deve ser dito em relação aos Estados Unidos, cuja recusa em firmar os compromissos constantes do Protocolo de Kioto mostraram a indiferença norte-americana quanto ao resto do mundo.

Todavia, se os efeitos do aquecimento global são catastróficos, não o são menos os causados pela má gestão de recursos naturais. É o caso da água. Fonte e sustentáculo da vida, a água potável está se tornando um bem precioso. Um relatório produzido pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos, intitulado "Colapso climático: o pesadelo do Pentágono" e publicado em 9 de fevereiro de 2004 pela revista *Fortune*, revela, entre outras más notícias, que o acesso à água se tornará um campo de batalha, e rios como o Danúbio, o Nilo e o Amazonas são mencionados como sendo de alto risco (COSTA, 2004).

Mas, segundo Benedito Braga, vice-presidente do Conselho Mundial da Água e dirigente da Agência Nacional das Águas, criada em 2000 pelo governo federal, a visão de que no futuro haverá guerra por causa de água está sendo desmistificada. E sustenta que "o que existe hoje é a necessidade de gerir esse recurso de forma adequada. Vemos a água como fator de cooperação, e não de conflito" (ATHAYDE, 2006, p.40).

Há, contudo, um quadro assustador. Dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) dão conta de que cerca de 2,2 milhões de pessoas, muitas delas crianças, morrem por ano como resultado da falta de água e suas conseqüências.

A escassez de água potável no mundo é explicada, em parte, pelo aquecimento global e pela devastação de áreas úmidas, mas, principalmente, pelo desperdício e pela má gestão dos recursos hídricos.

Aqui volta à cena a responsabilidade de cada indivíduo. Volta-se a falar em responsabilidade socioambiental. Quem ainda não viu o vizinho



gastar água à vontade para lavar o carro, ou a dona-de-casa encharcando o jardim enquanto conversa animadamente com a amiga, ou alguém “varrendo” com o jato de água as folhas secas sobre a calçada em frente a sua residência? Isto é desperdício! É gastar água de forma irresponsável.

Provavelmente, o argumento desses gastadores é o simples “estou pagando”. É claro que estão. E, com certeza, pagando caro pelo desperdício. O que eles não lembram – e se já ouviram falar a respeito, não acreditam – é que as reservas de água potável no mundo estão acabando. Isso significa que o valor que eles pagam pela conta de água é nada se comparado ao preço que muitos têm que pagar por esse ato irresponsável. Afinal, 2,2 milhões de mortos significam cerca de 6 mil mortos por dia em todo o mundo.

Mas o vizinho-lavador-de-carro, a dona-de-casa-encharcadora-de-jardim e a tranqüila varredora-à-água não estão sós. Estudo divulgado pela organização não-governamental *World Wildlife Foundation* (WWF) mostra que, ao contrário do que se pensava, são as nações ricas (Estados Unidos, Japão, Austrália e países da Europa) as que mais desperdiçam água (ATHAYDE, 2006). Volta a questão da consciência e da responsabilidade: será que pensam naqueles que não têm água, nos que morrem desidratados porque lhes falta um copo de água, um simples e prosaico copo de água?

Talvez não pensem, talvez não tenham tempo para considerações desta natureza enquanto deliciam-se em suas piscinas assistindo ao belo efeito causado pelo chafariz no jardim. Todavia, um alerta divulgado pelos participantes do encontro anual da Semana Mundial da Água, realizado na Suécia entre 20 e 26 de agosto de 2006, indica que cerca de um terço da população mundial já sofre com a escassez de água potável. O quadro é mais grave se for levado em conta que esse cenário estava previsto para 2025. Se nada for feito, em mais 50 anos a situação ficará insustentável.

Benedito Braga, um dos participantes do encontro na Suécia, lembra que há quatro anos, na Cúpula de Johannesburgo, os países



assumiram o compromisso de diminuir pela metade o número de pessoas sem acesso à água potável. Mas a situação não mudou (ATHAYDE, 2006). O que esperar, então, do futuro? Onde a humanidade espera chegar degradando o ar com poluentes industriais e desperdiçando água?

Uma vez que não há a menor possibilidade de as florestas avançarem sobre nossas cidades, nem há *ents* que se revoltam contra as queimadas criminosas e as madeireiras clandestinas, resta esperar que, um dia, ante a catástrofe que ela própria vem provocando, a humanidade se conscientize de que é, na verdade, o homem quem depende da natureza, e não o contrário. A passagem das eras geológicas mostra que a natureza sempre encontra uma maneira de se renovar, de se recuperar de danos, de renascer.

O mesmo não pode ser dito do homem. As doenças provocadas pela péssima qualidade do ar (Cubatão, décadas de 70 e 80), pela contaminação da água (Japão, na década de 1950, quando mais de 1400 pessoas morreram devido à contaminação da fauna marinha na baía de Minamata, causa direta da intoxicação humana, já que as comunidades vizinhas à baía tinham, como principal dieta, peixes e frutos do mar) ou por acidentes nucleares (a quase-tragédia de Three-Mile Island, nos EUA e a tragédia de Chernobyl, na ex-URSS), podem representar uma devastação sem precedentes na história humana.

Trata-se, pois, de começar imediatamente o trabalho de fazer com que cada indivíduo, cada comunidade, comece a mostrar a todos os riscos desnecessários que a vida na Terra vem enfrentando. A responsabilidade socioambiental é dever de todos. Ela pode resultar em melhor qualidade de vida, e sua ausência pode trazer o sofrimento e a morte para milhares ou milhões de indivíduos. Cabe, pois, ao homem escolher: a natureza salva, a vida preservada e a dignidade conferida a todos ou mais um passo em direção a um futuro trágico.

Einstein afirmou que Deus não joga dados. Mas o homem os joga, e pode perder a aposta.



REFERÊNCIAS

ATHAYDE, Phydia. "Amazônia: novo rumo?" In *CartaCapital*, ano XII, nº 381, 22 de fevereiro de 2005.

_____. "Água a conta-gotas". In *CartaCapital*, Ano XIII, nº 408, 30 de agosto de 2006.

BRASIL. *Agenda 21 Brasileira: resultado da consulta nacional*. Comissão de Política de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

_____. *Agenda 21 Brasileira: ações prioritárias*. Comissão de Política de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004a.

COSTA, Antônio Luiz M. C. "Silêncio de ensurdecer". In *CartaCapital*, ano X, nº 280, 3 de março de 2004.

NASCIMENTO, Tupinambá M. C. do. *Posse e propriedade*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2003

SHAKESPEARE, William. *Macbeth*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

STERN, Nicholas. *Review on the economics of climate change*. In www.hm-treasury.gov.uk/independent_reviews. Acesso em 12/11/2006.

TOLKIEN, John Ronald R. *O senhor dos anéis* (vol 2, As duas torres). São Paulo: Martins Fontes, 2000.